



ACÓRDÃO Nº 226/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11702/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Subcomando de Ações de Defesa Civil – SUBCOMADEC.
- 4- **Exercício:** 2018.
- 5- **Responsável:** Francisco Ferreira Maximo Filho (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 66/2020-DMP, Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Subcomando de Ações de Defesa Civil – SUBCOMADEC. Exercício de 2018.

Regularidade com ressalvas. Quitação. Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual do **Subcomando de Ações de Defesa Civil - SUBCOMADEC**, de responsabilidade do **Sr. Francisco Ferreira Maximo Filho**, Secretário Executivo de Ações de Proteção e Defesa Civil do Amazonas e Ordenador de Despesas, à época, referente ao exercício de 2018, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM;
- 10.2. **Dar quitação** ao **Sr. Francisco Ferreira Maximo Filho**, Secretário Executivo de Ações de Proteção e Defesa Civil do Amazonas e Ordenador de Despesas, à época, nos termos dos artigos 24 e 72, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 189, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE;
- 10.3. **Determinar à origem** que, nos termos do §2º, do artigo 188, do Regimento Interno, evite a ocorrência das seguintes impropriedades, em futuras prestações de contas:



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

ACÓRDÃO Nº 226/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 10.3.1.** Não cometer fragmentações de despesas, descumprindo os artigos da Lei de Licitações nº. 8.666/1993;
- 10.3.2.** Atentar-se quanto à Dívida com Fornecedores nos próximos exercícios, evitando o aumento do Grupo de Contas – “Fornecedores e Contas a Pagar”, no Balanço Patrimonial;
- 10.3.3.** Encaminhar nos próximos exercícios, o Relatório de Auditoria de Controle Interno.
- 10.4. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno** que, após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE.
- 11- Ata:** 6ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 12- Data da Sessão:** 10 de Março de 2020
- 13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).
- 14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira Relatora

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral